



Recebido em: 10/06/2020

Aceito em: 20/06/2020

Entre a centelha e a queimada: racismo, COVID-19 e neoliberalismo no sudeste do Pará

Between the spark and the burning: racism, COVID-19 and neoliberalism in southeast of Pará

Jerônimo da Silva e Silva¹

UNIFESSPA (PA)

<http://lattes.cnpq.br/0215167976963927>

Resumo: o sudeste do Pará é uma região brasileira caracterizada historicamente por intensas atividades econômicas, indo das práticas extrativistas, pecuária, monocultura até a predominante extração mineralógica na Serra dos Carajás. A presença desses projetos, conectados às práticas comerciais na região revelam um processo secular de desigualdade social, violência no campo e tomada de territórios de povos indígenas, comunidades quilombolas e trabalhadores rurais. Neste artigo, através de pesquisa de campo antropológica, pretende-se analisar como as práticas neoliberais, não apenas se relacionam, mas tem como fundamento certa concepção de racismo que possibilita, neste contexto de pandemia, a renovação de ataques à diversidade étnico e cultural.

Palavra-chave: COVID-10, Diversidade, Neoliberalismo, Racismo, Sudeste do Pará.

Abstract: the southeast of Pará is a Brazilian region historically characterized by intense economic activities, ranging from extraction practices, cattle breeding, monoculture, and the predominant mineral extraction in Serra dos Carajás. The presence of these projects and the connection to commercial practices in the region

¹ Doutor em Antropologia. Docente no Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), Programa de Pós-graduação em História (PPGHIST) e na Faculdade de Educação do Campo (FECAMPO). Coordena o Núcleo de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade – NUADE, e é líder do Grupo de Pesquisa LEBARA: Religião e Sociedade (CNPq), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). E-mail: jeronimosilva@unifesspa.edu.br

reveal a secular process of social inequality, violence in the countryside and taking over the territories of indigenous people, quilombola communities and rural workers. In this article, through anthropological field research, we proposed to analyze how neoliberal practices not only relate to each other, but also have a certain conception of racism as a basis that makes possible in this context of a pandemic, the renewal of attacks on the ethnic and cultural diversity.

Key words: COVID-19, Diversity, Neoliberalism, Racism, Southeast of Pará.

A centelha: introdução

Desde o registro dos primeiros casos do novo coronavírus (COVID-19) em dezembro de 2019 e seu crescimento avassalador, os governos, órgãos internacionais e instituições de pesquisa seguem basicamente procedimento similar: higienização, isolamento social e quarentena como formas de realizar a dita “gestão da crise”, termo que no atual horizonte político denota vínculos familiares entre saúde pública, práticas econômicas e interesses políticos.²

A ameaça da expansão da COVID-19 no sul e sudeste do Pará não apenas gerou insegurança sobre os diversos projetos políticos e econômicos historicamente situados na região, como despertou o interesse da comunidade acadêmica da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará para os impactos de uma possível proliferação do vírus. Confrontados com essas incógnitas, inúmeros discentes da Unifesspa que também são lideranças ou representantes de movimentos sociais ou associações questionam como devem proceder no raio de alcance da COVID-19 em área caracterizada por intenso deslocamento humano como aldeias, vilas, vicinais, cidades, acampamentos e assentamentos.

A angústia de discentes que também representam os mais amplos setores dos movimentos pela conquista de direitos é justificada pelo histórico de uma região marcada pelo selvagem avanço de setores do agronegócio, da perversa e violenta constituição fundiária e a renovada articulação entre interesses econômicos nacionais e internacionais, denominada com alguma variação de “grandes projetos”.³

Instado pelo diálogo com esses estudantes e a partir da participação das estratégias em prol das conquistas sociais e enfrentamento às práticas de discriminação viemos por meio dessa reflexão sinalizar algumas possibilidades de antecipação ao silencioso entabulamento que já se movimenta para reforçar

² “O novo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, causador da doença COVID-19, foi detectado em 31 de dezembro de 2019 em Wuhan, na China. Em 9 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) confirmou a circulação do novo coronavírus. No dia seguinte, a primeira sequência do SARS-CoV-2 foi publicada por pesquisadores chineses” (Lana, 2020:36)

³ A relação entre o campesinato e as frentes de expansão das fronteiras agrícolas no sul sudeste do Pará, associada aos projetos de extração agrícola e mineral (Hébette, 2004) a partir da metade da década de 1960, envolvendo uma constante articulação entre as oligarquias vinculadas ao regime militar e as novas práticas de aliciamentos desses grupos com o poder político no contexto de democratização (Emmi; Marin, 1998:51-68). O deslocamento de indígenas e populações do campo de tais interesses, dos empreendimentos estatais e das práticas de grilagem de terras em conluio com o judiciário local produziram violências que iam desde deslocamentos compulsórios, perpetuação do trabalho escravo e recrutamento de pessoas de pistoleiros para repressão e execução de trabalhadores rurais (Curvina, 2019; Pereira, 2015).

práticas de exploração “pós-COVID-19”, e como enfrentar essa emergente configuração regional.

Para esta finalidade mobiliza-se certa aproximação entre a noção de “raça” e “doença” para destacar que esta justaposição é parte constitutiva da composição das medidas de controle das formas de governo neoliberal, particularmente quando o discurso de combate à COVID-19 se apresenta como componente unificador da humanidade, que em nome da “vida” e “inimigo comum” aloca e suprime a diversidade.

A partir da problematização deste jogo de negação e assimilação apresenta-se um possível cenário para a construção de criativos movimentos de liberdade que sejam capazes de subverter as regras convencionais do enquadramento em curso e propondo novos atos de resistência. A reflexão inicial tem como mote o relato de uma liderança do povo Gavião.⁴

No início de março de 2020 estivemos em aldeia da Terra Indígena Mãe Maria, sudeste paraense, no intento de retomar análise sobre impactos sociais e ambientais vinculados a projetos de expansão mineralógica. Na ocasião a preocupação com a suspensão das atividades como consequência da ameaça de contágio da COVID-19 e ao mesmo tempo queixando-se da intrincada rede de “armadilhas jurídicas” presentes em cláusulas de convênios, relatórios de consulta e planos ambientais, o cacique rapidamente manifestou a premência de criar uma estratégia de atuação que os façam “deixar de sair sempre atrás” no campo do jogo das informações. Embaixo de uma cobertura de palha e fitando a mata, o cacique evoca a prática da queimada na floresta para ilustrar a situação:

Professor, tem ensinamentos antigos que servem pra hoje, correto? No passado a gente precisava saber que na mata os incêndios podiam ser evitados se a gente pegasse ele antes de virar queimada, antes de espalhar, por isso tinha o cuidado de apagar logo depois que o foco, a centelha aparecia (...) não dá pra evitar a centelha, mas o espaço entre centelha e queimada é que fazia a diferença, por que dependendo do clima, do vento e de nossa falta de atenção em apagar ou desviar o fogo, toda a aldeia estava ameaçada (Silva, 2020a).

Para o indígena, a habilidade em antecipar-se ao perigo iminente é algo não apenas presente nas relações guerreiras do passado ou da caça, mas nas “guerras do convênio”, em que as marcas das armadilhas dos discursos ambivalentes e as “letras miúdas” sinalizam que o caminho entre a centelha e a queimada, além de

⁴ “Esta classificação na literatura antropológica engloba os grupos locais Akrātikatêjê, Kÿikatêjê e Parkatêjê, que se encontram localizados na mesorregião do Sudeste Paraense na TIMM (...). No decorrer de um processo histórico de contato com os grupos indígenas localizados em diferentes e distantes lugares na margem direita do curso médio do rio Tocantins, os ‘Gaviões ocidentais’ ou ‘Gaviões da mata’, localizados no Pará” (Miranda, 2015:26-27).

ser o mais relevante nessa guerra, também deve-se precaver contra o real perigo, que não seria necessariamente a expansão ameaçadora e esmaçante do fogo e sim a incapacidade de questionar a crença de que a queimada é um trajeto pré-concebido. Urge então ponderar sobre as possibilidades e as ações antecipatórias para construir trajetos ou caminhos livres na luta pela preservação territorial e melhores condições de vida.⁵

O brilho do fogo e seus perigos

Embora as importantes medidas tomadas para impedir o avanço da COVID-19 sejam uma demanda imediata de vários setores da sociedade, sublinha-se neste texto certa distinção que coloca em perspectiva, em primeiro lugar, a noção de “vírus” enquanto micro-organismo, ser vivo não humano e objeto das lentes laboratoriais, em segundo, para a sua transformação em “doença”, entendendo esta como constituída por facetas que recobrem o corpo, isto é, a “doença” enquanto feixe de relações que moldam a percepção sobre o corpo do “eu” e sua alteridade, assim, simultaneamente, a montagem do medo e seu veículo de evitação (impureza), a pretensa solidariedade ante o perigo (a naturalização da limpeza enquanto potencial coletivo), nossos ímpetos (in)controláveis de autopreservação e certamente as formas de apelo ao poder terapêutico das crenças religiosas, que concorrem devocionalmente com as medidas profiláticas e bioquímicas da medicina e que perfilam a noção de “contágio” e “contaminação”.⁶

Não se trata aqui de negar a relação entre “vírus” e “doença” nem tão pouco de refletir sobre a bibliografia de um tema que dificilmente se esgotará, e sim de demarcar como esta noção de “doença” pode nos ajudar a construir possibilidades de análise sobre os povos tradicionais no sudeste paraense a partir do entrelaçamento das ameaças de contágio da “doença” (leia-se COVID-19), com outro tipo de “contágio” igualmente poroso, qual seja, o intermitente encadeamento entre a rapinagem das práticas capitalistas e as formas racistas de dominação/exclusão.

No sentido mais usual, fala-se em “raça” ou “racismo” no Brasil para sinalizar as formas de segregação a partir da aparência física da população negra e

⁵ Atendendo aos princípios do Termo de Cooperação o anonimato do narrador será preservado ao longo do texto, assim como a ressalva de que sua manifestação não expressa necessariamente a visão de outras aldeias e respectivas lideranças (Silva, 2020).

⁶ Os efeitos da ideia de perigo e contágio como fundamento das crenças de pureza e contaminação moral e religiosa, a invenção das crenças seculares mais recentes acerca da higiene corporal para se evitar o efeito desestabilizador das “doenças” são fundamentais para perceber o caráter fronteiro entre “pureza” e “contaminação” (Douglas, 2012), aplicando-se, por exemplo em contextos cotidianos de contágio no contexto brasileiro na gripe espanhola, pode-se visibilizar esses temores canalizados contra o poder público e o saber médico (Bertucci, 2003: 197-227; Costa & Gualda, 2010:925-937).

suas referências culturais, sobre os povos indígenas e suas especificidades culturais, e por fim sobre estrangeiros e outros estereótipos, a maioria deles sedimentados pelas longas práticas de escravidão que ainda hoje reverberam (Slenes, 2011; Kodama, 2009:195-243). Entretanto, o uso corrente e umbilical de “raça” e “racismo”, remonta um vínculo parental com a ideia do corpo “contaminado/degenerado” e a construção do discurso que irá decidir quais signos de distinção irão determinar a exploração e exclusão de determinados pessoas.

Se assumirmos a relação citada entre os termos “raça/racismo” e a acepção de tipos “contaminados/degenerados”, com as diversas interpretações e certa história dos usos do termo “raça”, por exemplo, podemos sinalizar, à título de exposição, alguns marcadores mais gerais dessas apropriações: 1. Um sentido de linha de descendência ligado a pureza do sangue, mas não ainda “pureza biológica”, e sim a crença em ascendência ancestral “a raça e a estirpe de Abraão”, esta acepção remonta aos verbetes medievais, transita desde as doutrinas teológicas até algumas hipóteses de cronistas e naturalistas na metade do século XVIII; 2. Os estudos das ciências naturais e antropologia física que manusearam a palavra para agregar a famosa distinção entre as raças fundada na Biologia, na medição de crânios e aparência física, distinção de pré-humanos (arqueologia), o que resultou na hierarquização das raças humanas, que tem como marco o *Ensaio sobre a desigualdade das raças*, publicado entre 1853-1855 por Gobineau, as ideias de Lombroso e o darwinismo social de Spencer; 3. No final do século XIX “raça” assumiu forma no molde da “Eugenia”, palavra vinculada ao sentido de “produção de ótima estirpe”, com isso, estavam abertos com ares de cientificidade, as práticas de violência indiscriminadas com seres humanos no âmbito do imperialismo europeu sobre as colônias da Ásia e África e posteriormente nos campos de concentração nazista.⁷

Um dos primeiros usos de “raça”, conforme vimos, tem relação com a ideia de uma linhagem baseada no sangue, mas não o “sangue biológico” e sim na crença da formação cultural pelo que se herda ancestralmente. As reflexões que apontam como determinadas linhagens guerreiras europeias se moldaram através de crenças religiosas, aproximando a noção de “limpeza de sangue” ou “pureza de raça” com a noção de “povo de Deus”. Neste sentido, Verena Stolke, ao analisar a moralidade sexual, a preocupação com a genealogia e honra familiar nas relações sociais coloniais entre a península ibérica e as colônias da América Central

⁷ A distinção não pretende compartimentar as definições de “raça”, mas assumir que a maioria desses elementos se manifestam com recorrência, embora variação, implicando diferentes histórias e linhagens das teses acerca da “desigualdade racial” em processos de colonização (Morgan, 2005:42-65; Ramos, 2007; Schwarcz, 1993; Bethencourt, 2018).

demonstra como o tema da religião estava associado do tema da raça e da “limpeza de sangue” (Stolke, 2006; Silva, 2016:161-180).

A pesquisadora destaca que o termo “limpeza de sangue” utilizado pelos espanhóis colonizadores para marcar distinção com indígenas, africanos escravizados e mestiços para se evitar uniões sexuais, passou a utilizar este pressuposto para marcar distinção e procedimentos de exclusão, não exatamente do que nomeamos ser hoje “aparência física”, mas também para excluir os corpos não dotados da fé cristã, funcionando num jogo de exclusão/inclusão das religiões consideradas “pagãs”. “Limpeza de sangue” transformou-se paulatinamente num tipo de “doutrina racista do pecado” (Stolke, 2006), amalgamando elementos da antiga crença da constituição de “povo”, com as linhagens familiares da tradição nobiliárquica europeia.⁸

Ressaltamos que todas essas prescrições em busca de uma purificação do sangue pelo perdão dos pecados foram se sobrepondo às crenças posteriores marcadas pela busca de uma “raça saudável” que pudesse se afastar da “degeneração” moral e biológica, bem como do avanço das doutrinas científicas que assentaram a eugenia e seu fascínio pelo aprimoramento de uma raça em torno do ideal de superioridade, potencializando consideravelmente os princípios de inclusão/exclusão, pureza/impureza, pontilhando desde então a esfera da moralidade, economia, ciência e religião no curso do século XX.⁹

Assim, na disposição dos fatores que formam os traços fundamentais da fisionomia das práticas capitalistas, não seria possível pensar “raça/racismo”, “contágio/contaminação” como “aspectos culturais” ou secundários da engenharia capitalista e sim profundos partícipes de tais relações.

Seguir a interpretação acima significa relativizar o entendimento de que neoliberalismo seria, grosso modo, como um desdobramento econômico do

⁸ O status de pertença a uma filiação divina e a proteção ante os malefícios da possessão demoníaca envolvendo contágio moral do sangue e contágio do sangue fazendo da demonologia um campo do saber pautado pela sintomatologia da influência luciferiana no início do período moderno (Clark, 2006:511-550), o deslocamento sinuoso dos rituais de exorcismo até a absorção destes no interior das instituições judiciárias nos séculos XVII e XVIII (Mandrou, 1979) e o paralelo construído entre o “cientista” e o “demônio” povoaram o imaginário religioso e científico como passaram se fundir com a percepção de seres dotados do poder de manipular a aparência física dos corpos estendendo-se sobremaneira nos exorcismos do mundo luso-brasileiro e em experimentos médicos e criminológicos no século XVIII nas universidades europeias (Ribeiro, 2003:61-121).

⁹ A esse respeito é válido consultar a reflexão de Foucault sobre o “poder pastoral”, baseado nos rituais de exorcismo, práticas judiciárias e a incidência da apropriação científica do corpo e sexualidade (Foucault, 2001:211-370), bem como a construção do “direito à saúde” e a reivindicação do laboratório de um corpo “racialmente limpo” (Moulin, 2011:15-82). O impacto das práticas eugênicas na sociedade brasileira, suas múltiplas abordagens e silenciosa infiltração nas instituições políticas, no sistema educacional e vida cotidiana constituem forte zona de avizinhamo com o discurso de pureza física e moral na sociedade brasileira, estendendo-se no meio acadêmico com adesão até a metade do século XX (Roquette-Pinto, 1978:01-38; Ribeiro, 1962).

liberalismo, no qual o mercado, dada a expansão dos conglomerados multinacionais, teria como objetivo o fortalecimento do mercado financeiro com suas vultuosas transações intercontinentais à revelia do controle estatal e a política de enxugamento da máquina pública, através das privatizações e a necessidade de renovar a livre concorrência (Sodré, 1995; Losurdo, 2006).

Obviamente não se trata de negar integralmente essa definição, e sim de problematizar que este entendimento que valoriza excessivamente as relações entre “Estado” e “Economia” termina por assumir os mesmos pressupostos da análise que pretende negar: por um lado, da crítica ao planejamento estatal que ao suprimir a livre concorrência e individualismo germinaria na ascensão de autoritarismos, e por outro, o temor de que as novas formas de liberação do mercado engendrem a dilapidação dos direitos sociais conquistados nas democracias ocidentais.¹⁰

Nesse quesito é importante salientar que este debate ocorreu no contexto histórico, simultaneamente, entre a suposta tentativa dos governos se afastarem dos regimes totalitários pós-II Guerra e o fortalecimento dos Direitos Humanos, tendo como pedra de toque, de um lado, a noção de “natureza humana” enquanto basilar para as doutrinas jurídicas que pretendem enunciar componente universal de humanidade para fins de proteção da pessoa humana, e de outro, a recorrente negação do mesmo princípio quando se trata de avançar sobre territórios e especificidades culturais de refugiados, imigrantes, povos indígenas, povos tradicionais, movimentos sociais do campo.

Essa questão é reacesa com alguma variação em episódios como os vividos atualmente na expansão da COVID-19, não por acaso a insistência de alguns governos e parte da população em tratá-lo como um “vírus chinês”. A multiplicação de *hashtags* “#forachinês”, “#chinêsnaoégente” e vídeos estigmatizando hábitos alimentares de países asiáticos no sentido de demonstrar que a proximidade com animais “imundos e asquerosos”¹¹ seriam supostamente a porta de entrada para a contaminação da espécie, além de fortalecer sentimentos de asco e evitação.

No mesmo sentido o desespero apocalíptico do mercado financeiro em que a queda de cada dígito da bolsa de valores conversa dinamicamente com as crenças

¹⁰ Ainda que esteja assentado sob contextos diferentes, cada que vez que reaberto, o debate que problematiza as fronteiras entre individualismo e intervenção estatal constantemente são repisados e com renovadas especificidades reacendem o aspecto moral e religioso entre os mecanismos de participação e/ou adesão aos processos de dominação (Mises, 2015:47-58; Hayek, 1977; Bobbio, 1992; Burginski, 2018:406-415).

¹¹ Consultar em <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/02/contra-xenofobia-por-coronavirus-brasileiros-madam-mensagens-de-apoio-a-chineses.shtml>.

que sustentam e suprimem, alternadamente, a inexorável relação entre a prosperidade econômica e o sentimento de ser parte do “povo de Deus” na condição de “servo-governante” produz lógicas próprias que repõe na ciranda antigas expressões de triunfalismo, abnegação ou enfrentamento no humor devocional, tais como “este é um momento em que Deus testa a nossa fé”, “é um castigo para os infiéis” ou “contra a conspiração comunista chinesa”, todos para amalgamar a gestação de subjetividades.

A proliferação de argumentos que associam a presença da COVID-19 no Brasil ao carnaval, não pretende somente aderir a um tipo de teoria conspiratória em que a indústria do turismo, bebidas alcóolicas e meios de comunicação esconderam a epidemia desde fevereiro, mas também se trata de uma manifestação moralista, temperada de ressentimento contra a abordagem das escolas de samba através da dança, corpo e sexualidade, tratando de elaborar uma relação punitivista entre as manifestações não religiosas, vinculando pecado, pandemia e castigo divino.¹²

A esse respeito, o jogo da evitação do outro requer, em movimento oposto, a aceitação de si como parte de uma prática de submissão desejada que deverá ter como objetivo o enquadramento de manter a filiação com o “povo escolhido” e o papel de “servo eleito”, uma sujeição a certa concepção de “governo” pautada no trabalho piedoso do consentimento que remonta à ascese cristã. Isto significa que este tipo de sujeição, além de deter em sua racionalidade as práticas de incidência sobre o corpo nas doutrinas raciológicas, são atravessadas e se espraiam na constituição de deslocamentos, desde a sociedade liberal dos séculos XVIII e XIX, até os exercícios de nosso contemporâneo, o neoliberalismo.¹³

O neoliberalismo, portanto, mais do que uma constante renovação do “grande capital” que busca alcançar a sua multiplicação na reprodução das desigualdades de classe consistiria em nova racionalidade composta de um

¹² Vide em <https://www.agazeta.com.br/fala-leitor/mundo-esta-doente-nao-so-com-esse-virus-diz-leitor-sobre-covid-19-0320>. Segundo dados do Ministério da Saúde o primeiro caso do novo coronavírus foi confirmado no dia 26 de fevereiro em São Paulo. Com histórico de viagem para a Itália, o homem deu entrada no Hospital Israelita Albert Einstein. Disponível em <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus>

¹³ A Teologia da Culpa, as práticas de confissão e combate ao pecado a partir de uma concepção de guerra espiritual voltada para a recriação do homem como uma nova criatura de Deus, isto é, um converso que joga arduamente o jogo do servo que se governa para melhor servir, migra e se acentua paulatinamente para as subjetividades neoliberais segundo Michel Foucault. A compreensão dessa “analítica do governo” e do tema da direção do governado a fim de aperceber conexões entendidas como pouco usuais entre certa noção de “governo” e religiosidade aproximam a servidão baseada na culpa e a sujeição do corpo do governado (Lemke, 2018; Lemke, 2017; Foucault, 2008; Foucault, 2010). Para uma análise sobre a produção de subjetividades no contexto do sudeste paraense no contexto das relações envolvendo indígenas e não-indígenas, vide a pesquisa de doutoramento de Flávia Marinho Lisboa (Lisboa, 2019).

caldeirão de subjetividades com formas próprias de condução do governo. Cito Wendy Brown:

Significa avaliar que a ascensão das formações políticas nacionalistas autoritárias brancas se deve à raiva instrumentalizada dos indivíduos abandonados economicamente e ressentidos racialmente, mas também delineada por mais de três décadas de assaltos neoliberais à democracia, à igualdade e à sociedade. O sofrimento econômico e o rancor racial da classe trabalhadora e média brancas, longe de se distinguir desses assaltos, adquire voz a forma a partir deles. Esses ataques também abastecem (mesmo que por si mesmo não seja sua causa) a ambição nacionalista cristã de (re)conquistar o Ocidente. Eles também se misturam com um niilismo intenso que se manifesta como perda da fé na verdade, na facticidade e em valores fundamentais (Brown, 2019:17)

Seguindo essa perspectiva, novos modos de governo nascidos a partir das crises do neoliberalismo, mais do que permitir o aprofundamento da exploração econômica e de distensões sociais, não se baseiam unicamente na manifestação de uma ideologia política econômica oriunda de determinada classe social, e sim de um processo de construção interna de submissão de si que não ancorado na crença da racionalidade universal, na naturalização de *uma* racionalidade capaz de gerir um modo próprio de vida baseado, insistimos, no sentimento de fazer parte do “povo eleito de Deus”.

Esta universalização da concorrência vem nas últimas décadas se constituindo através das práticas de conduta nos moldes empresariais, onde o homem seria o “empresário de si”, aquele que se refaz mediante um atento estado de vigilância sobre a sua própria conduta, que torna a conduta, além de uma prescrição, o elemento mesmo de si, que por meio do “empreendedorismo” o vive enquanto investimento moral, político, racial e monetário, portanto, não se porta mais como o detentor do capital, mas o capital seria intrinsecamente plasmado nas práticas que o constituem; o capital, dito de outro modo, não seria mais o signo da eleição divina, mas certa racionalidade indissociada da fé. Se assim é, mais do que nivelar as relações de poder e acúmulo, compreender esta noção de capital nos demanda o entendimento de que a sociedade na qual estamos imersos e nos constitui é uma sociedade neoliberal pela subjetivação dessa intrincada relação, e não apenas por uma imposição de ideias econômicas baseadas em interesses classistas. A respeito de determinadas características desses processos de subjetivação:

Nesse sentido, ela é o oposto da ética da ‘conversão’ (*metanoia*) do ascetismo cristão dos séculos III e IV, que era precisamente uma ética do rompimento do eu. É profundamente distinta até da ética do trabalho que marcou o protestantismo dos primórdios – embora aparentemente incite o sujeito a uma autoinquirição permanente e a um ‘controle sistemático de si mesmo’, ela não vê mais o sucesso no trabalho como o ‘sinal da eleição divina’ que supostamente dá ao

sujeito a certeza de sua salvação. Se aqui o trabalho se torna espaço de liberdade, isso só acontece se o indivíduo souber ultrapassar o estatuto passivo do assalariado de antigamente, isto é, se ele se tornar uma empresa de si mesmo. O grande princípio dessa nova ética do trabalho é a ideia de que a conjunção entre as aspirações individuais e os objetivos de excelência da empresa, entre o projeto pessoal e o projeto da empresa, somente é possível se cada indivíduo se tornar uma pequena empresa. Em outras palavras, isso pressupõe conceber a empresa como uma entidade composta de pequenas empresas de si mesmo (Dardot; Laval, 2016:334).

Atentar para essa perspectiva analítica não significa abandonar a “violência objetiva” dos interesses capitalistas. O sucateamento da saúde pública em governos neoliberais nas últimas décadas, a postura da indústria farmacêutica em reduzir investimento na pesquisa de contenção das recentes epidemias, mesmo com grande histórico de incidência nos últimos 40 anos, coloca o tema dos “surto virais” inexoravelmente associados a já cambaleante tendência ao desemprego e aumento da fome (Davis, 2020:5-12; Harvey, 2013).

O crescimento em forma de espiral das práticas econômicas neoliberais pautado na tese da reprodução do capital, em suas diferentes ramificações e recepções, vem agregando há alguns anos manifestações dos “povos da diversidade” como um potencial que se soma aos sintomas galopantes dos limites do neoliberalismo, principalmente quando nos deparamos com as crises de desvalorização e agudização do endividamento nas camadas sociais. A COVID-19, segundo essa visão, contribuiria para fortalecer a tese de que as medidas neoliberais devem: a) ser abandonadas em nome da recuperação de alguns postulados das políticas de bem estar social; b) se refazer a partir de novos limites demarcados pelo financiamento do consumo pelo governo, um tipo de medida denominada, pelo menos no caso dos Estados Unidos, de “socialização da economia”; c) reconhecer que o próprio capitalismo neoliberal encontrara seu limite e o “mundo pós-COVID-19” inauguraria o início da crise do “modo de produção capitalista” (Harvey, 2020:11-23; Zizek, 2020:41-47).

O esquema acima certamente está longe de abarcar as possibilidades que se abrem em nosso horizonte político e não podemos ignorar que entre eles existem pontos de distanciamento e aproximação com percursos inimagináveis, dada a vasta bibliografia produzida, não obstante, se acrescidas às referidas análises em conjunção com as condutas da subjetividade neoliberal teríamos maior potencial de enfrentamento às pressões antidemocráticas, se percebermos que, conforme sublinha Wendy Brown:

O ataque neoliberal ao social, que estamos prestes a analisar mais de perto, é fundamental para gerar *uma cultura antidemocrática desde baixo*, ao mesmo tempo em que constrói e legitima *formas*

antidemocráticas de poder estatal desde cima. A sinergia entre os dois é profunda: uma cidadania cada vez mais não democrática e antidemocrática está mais e mais disposta a autorizar um Estado crescentemente antidemocrático. À medida que o ataque ao social derrota a compreensão democrática de sociedade zelada por um povo caracterizado pela *diversidade* (ênfase minha) e habilitado a governar a si de forma igualitária e compartilhada, a política se torna um campo de posicionamento extremo e intransigente, e a liberdade se torna um direito de apropriação, ruptura e até mesmo destruição do social – seu inimigo declarado (Brown, 2019:39).

Desse modo, as pressões antidemocráticas da sociedade neoliberal geradas pela pressão estatal, ao encontrar as forças igualmente destrutivas antidemocráticas oriundas do interior do tecido social remodelado, digamos, com este novo tipo de subjetividade racializada, o dito “empresário de si”, poderíamos ter como resultado a consolidação de um cenário de aniquilamento em escala inimaginável.

Outra abordagem digna de nota é a aparente contradição entre o discurso neoliberal sobre a figura do “idoso” enquanto uma pessoa capaz de prolongar uma “vida ativa” – graças ao avanço da medicina, cultivo de hábitos saudáveis, suplementos alimentares etc. – em que o “sonho da longevidade” se adequa perversamente com a extensão do tempo de trabalho, a continuidade de contribuição tributária e a reforma previdenciária.

Ora, a proliferação da COVID-19 e seu índice de mortalidade acentuado justamente entre os velhos (para fugir do termo “idoso”) descarnou, na prática, o desprezo de grupos patronais contra essas pessoas, visivelmente expostas à morte, não pela COVID-19, mas pela dispensa de suas atividades sem as devidas proteções constitucionais (Minayo; Júnior, 2002). Não menos grave é a forma de tratamento recorrente em veículos de comunicação e redes sociais, nos quais dizeres como “cuide de seu idoso” concorrem com “O COVID-19 tem baixo impacto de mortalidade, atingindo *apenas* (ênfase minha) os idosos”. Esses elementos, mais do que manifestar certo preconceito e imagem estereotipada do envelhecimento e longe de ser análise secundária para compreensão das mudanças neoliberais, ao contrário, penso ser a nervura das práticas de submissão, não no sentido óbvio de que, afora o preconceito, os pobres quando atingem a velhice são cada vez mais expostos à mortandade diária pelas relações capitalistas, e sim pelas novas formas de seguridade social, planos de saúde e discurso mercadológico que estão sendo gestados, nesse momento, para serem aplicados e/ou subjetivados “pós-COVID-19”.

Será que a mobilização raivosa de setores da sociedade brasileira contra a quarentena seria apenas um clamor desesperado contra o prejuízo de pouco mais

de doze dias de “isolamento social” ainda na segunda metade do mês de março? Quais razões impulsionam investidores do mercado financeiro a pressionar pelo fim da quarentena, quando os mesmos sabem (?), com base na situação da Itália, França e Estados Unidos, que o aumento da COVID-19 no Brasil poderia triplicar os prejuízos? (Oliveira; Lucas; Iquiapaza, 2020).

Um exemplo desse imbróglio é a relação entre as medidas do Comitê de Enfretamento ao Coronavírus na cidade de Marabá e o aumento de casos a partir dos acontecimentos escalonados, desde a sua criação pelo decreto nº 27, de 24 de março até o dia 22 de julho de 2020. No dia 18 de maio, a cidade de Marabá – espaço considerado uma das referências administrativas no horizonte do sudeste paraense –, alcançava 326 casos de contágio e passou a ser listada pelo governo estadual para instauração do lockdown. Entretanto, no mesmo dia, a Procuradoria-Geral do Estado comunicou que a prefeitura de Marabá solicitara a retirada da lista de cidades que deveriam instaurar o lockdown; o fato ocorreu após vários comerciantes e industriais da região se manifestarem publicamente na prefeitura para requerer ao gestor municipal a “reabertura do comércio”.¹⁴

Na sequência, dia 25 de maio, quando o Boletim Epidemiológico sinalizou para 664 casos, as autoridades municipais decidiram flexibilizar as atividades comerciais por meio do decreto municipal 049/2020, olvidando o estarrecedor aumento de 100% no número de contaminados em apenas 07 dias! No dia 17 de junho, quase trinta dias após a não adesão ao lockdown, a prefeitura emite o documento municipal 06/2020, permitindo o funcionamento, ainda que com as protocolares restrições de isolamento social, de shoppings centers, academias de ginástica, entidades de ensino superior privado, cursos profissionalizantes e igrejas. Na ocasião, o Boletim Epidemiológico anuncia 2.582 casos confirmados e 117 óbitos. Hoje, dia 22 de junho de 2020, amanhecemos assombrados com a marca de 3.492 casos e 132 óbitos.¹⁵

Neste horizonte, o entrelaçamento entre debate político, interesses econômicos e discurso religioso não apenas se enfeixam na recorrente busca de entender “os planos de Deus”, mas associam-se às demandas de lideranças e membros de comunidades cristãs em garantir a inserção da “atividade religiosa” enquanto “serviço essencial”. Se a definição de “serviço essencial” compreende as atividades fundamentais para o funcionamento da ordem social, conforme reza medida provisória nº 926/20 que altera e regulamentam a Lei nº 13.979/20 do

¹⁴ Disponível em <https://correiodecarajas.com.br/na-vespera-do-lockdown-empresarios-fazem-manifestacao-pacifica-em-maraba/>

¹⁵ Disponível em <https://maraba.pa.gov.br/coronavirus-o-que-voce-precisa-saber/>

governo federal, assegurando a presença de “atividades religiosas de qualquer natureza, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde”, por outro lado, muitos religiosos pautaram suas demandas, não no argumento do direito e necessidade de praticar atividades religiosas, e sim na correlação entre igreja e empresa.

Perceber a execução de atividades religiosas na igreja tem paralelo e se fortalece com a abertura do comércio e atividades industriais na medida em que o direito de sobreviver e se arriscar economicamente se coaduna com a coragem da exposição em nome da fé, conforme expressa uma liderança para os seus fiéis em culto *online*: “meu irmão, conquistar almas pra Jesus é ter o poder da palavra, é como ser um vendedor da vitória, você pode ser um evangelista-executivo na fé e nas finanças se você buscar se cuidar mas não deixar dominar pelo medo de morrer” (Silva, 2020c). O trecho extraído de pregação pastoral corrobora, igualmente, a identificação da igreja como “Empresa do Senhor” em fachada de templos e títulos de pregações, bem como da linguagem empresarial dos termos “metas”, “objetivos”, “gestão da fé”, “produtos” e “investimento espiritual” nas reuniões.

A pesquisa de campo apreendeu ainda que quantidade de cultos *online* ou de reuniões de círculos de oração marcadas pela leitura de textos bíblicos, frases de autoajuda e desabafos emocionais são emaranhadas a troca de contatos de redes de venda, circuito de pirâmides de marketing e palavras de encorajamento pautadas em certa crença em que a ajuda divina apenas se manifesta aos que se dedicam na “empresa da fé” e “fé da empresa”, recorrendo a uma fé baseada no mérito de conseguir deslocar uma série de prescrições à circunscrição empresarial (Silva, 2020b).

Não se trata de generalizar a adoção do discurso empresarial em todas as manifestações religiosas, nem tão pouco de inferir que esses atos sejam uma brutal submissão da fé ao processo mercantil, mas de perceber, primeiro, o cuidado do corpo e dos bens como um constante e severo estado de vigilância do empresário de si, reforçando e bloqueando qualquer espaço para ações que não se coadunem à espiritualidade deste, digamos, “balanço da confissão-contábil”; segundo, de que fazer parte desse universo em que se encontram princípios neoliberais e a crença de fazer parte dos eleitos de Deus – conversando com análises desenvolvidas acima –, culmina com o reforço ou remodelação da “doutrina racista do pecado”, isto é, o não reconhecimento de determinada pessoa ou comunidade como “Povo de Deus” significa, além da destituição da salvação, principalmente, para o contexto aqui

evocado, a incapacidade de entender e acompanhar as verdadeiras oportunidades e “senhas” que o mercado oferece àqueles que se deixam guiar pelo seu pastoreio.

Se assumirmos tal pressuposto, o racismo pautado na aparência física e na diversidade étnica está inexoravelmente associado ao racismo fundamentado na crença intercambiante que perpassa as noções de “servo de Deus”, “povo do Senhor” e “empresários de Cristo”, até a afirmação de que “nós servimos um Deus que é o Senhor das Empresas” (Silva, 2020c). Esta atribuição dominial ancora-se, não mais na assertiva de que a atividade religiosa seja considerada “essencial” ou “não essencial”, mas fundamentalmente em viver no interior do aparato governamental enquanto “serviço”; assim, racismo, neoliberalismo e a noção limítrofe de “proteção” e “perigo”, dadas na expansão da COVID-19, compõe o corrimão sedutor das práticas neoliberais ancoradas no desejo de ser um “servo” à disposição do “serviço essencial” para fazer-se em vida de “servidão”.

Levar em consideração a força das diferentes racionalidades neoliberais, não como uma concepção grosseira de alienação, mas reconhecer o potencial mortífero dessas forças em aliar a noção de “doença”, “contágio”, “povo de Deus”, “raça”, “governo” e “economia”, dentre tantos, pode nos inspirar na percepção dessas sutilezas deletérias. Esta tarefa mobilizada na *Crítica da Razão Negra* de Achille Mbembe detecta a força do capitalismo colonialista em renovar a transmutação do racismo para todo o globo – a coletivização daqueles que não são dignos de viver:

Pela primeira vez na história humana, o nome Negro deixa de remeter unicamente para a condição atribuída aos genes de origem africana durante o capitalismo (...) A este novo caráter descartável e solúvel, à sua institucionalização enquanto padrão de vida e à sua generalização ao mundo inteiro, chamamos o *devoir-negro do mundo* (ênfase minha) (Mbembe, 2014:18).

No horizonte das práticas colonialistas que se perpetuam no Brasil, não podemos ignorar que o medo da morte ante à expansão da COVID-19, a sensação de desorientação social e incerteza econômica em homens e mulheres do campo e cidade, das ameaças de grupos econômicos ávidos pelo controle de territórios de comunidades quilombolas e indígenas e as várias narrativas que se multiplicam e rivalizam espaços para arrebanhar seguidores, apesar de tão relevantes em suas idiosincrasias, tende a nos conduzir a um permanente estado defensivo, sempre nos colocando à espera do movimento das estratégias de submissão, para retomar a analogia do cacique Gavião sobre os avisos de incêndio na floresta.

Ademais, se todos os perigos arrolados acima estão vinculados ao fogo da queimada que brilha e desorienta (apesar de mortal e digno de vigilância

ininterrupta), quais estratégias adotar para a confecção dos caminhos próprios de liberdade?

O fazer-se do corpo livre no caminho do fogo

O amplo espectro da denominada “mesorregião do sudeste paraense” é caracterizada pela presença de 12 povos indígenas, dezenas de acampamentos e assentamentos de camponeses, comunidades quilombolas, ribeirinhos, bem como inúmeros movimentos sociais do campo e das 39 cidades, todas com longo histórico de violência e pressão por parte de grupos que se renovam na arte da exploração, desde as configurações fundiárias dos tempos dos castanhais, garimpos, agropecuária e mineração (Michelotti, 2019).

A presença tímida do judiciário em prender e julgar os assassinos de homens e mulheres na região conecta-se com os discursos de “progresso” e “desenvolvimento” emitidos por campanhas publicitárias e projetos políticos em pleitos eleitorais, como eternas promessas que se alimentam de incompletude (Andrade, 2019; Santos, 2018).

Dezenas de estudantes da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará oriundos de tais comunidades e de realidades econômicas semelhantes nas cidades, muitos deles com os ouvidos calejados e totalmente céticos das promessas de empregos, projetos de captação de recursos ou convênios vantajosos para os seus coletivos, atualmente oscilam entre o medo dos efeitos mortais da COVID-19 e a sensação de inércia causada pela suspensão do calendário de mobilização política enquanto forma de pressão social e luta por direitos.¹⁶

Surpreendidos pela quarentena, movimentos sociais, sindicatos, formas de reivindicação ligadas a indígenas e quilombolas se viram pela primeira vez, desde o fim da ditadura militar, diretamente impossibilitados de, pelo menos nos moldes de atuação mais praticados convencionalmente, executarem as típicas manifestações da vida política democrática. Sobre este momento *quase* nada podemos fazer que não esteja flertando perigosamente com a conjectura: o tempo de quarentena, o impacto da COVID-19, os processos eleitorais, a efetividade das redes sociais, a instabilidade aterrorizante instaurada nas instituições republicanas (STF, Congresso Nacional, Presidência da República).

¹⁶ O levantamento do Núcleo de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade indica que o ingresso de indígenas e quilombolas pelo Processo Seletivo Indígena e Quilombolas (PSIQ) entre 2015 e 2020 somam 354 candidatos aprovados. Esses dados são parciais pois não contemplam o público aprovado pelas cotas no ENEM e SISU bem como o escopo de camponeses e ribeirinhos que ingressam no seletivo da Faculdade de Educação do Campo e outras formas de ingresso voltadas para o público da diversidade.

No mês de março o governo federal anunciou uma séria de medidas econômicas através do Banco Central, Ministério da Economia e BNDS para dirimir os efeitos negativos da COVID-19, tais como o financiamento de folhas de pagamento, linha emergencial, linhas de crédito dos bancos privados, redução das linhas de crédito e sua postergação de dívidas, complementação do governo sobre a suspensão dos contratos de trabalho, auxílio às empresas e expressa recomendação de que a obtenção dos créditos dependerá da ausência de demissões.¹⁷ Com a ressalva de que muito pouco se sabe sobre a execução dessas medidas nos próximos meses ou anos, podemos esboçar que em condições excepcionais, a iniciativa privada, o sistema financeiro e determinadas esferas políticas centralizam suas demandas no quadro que se apresenta.

Ainda que desconheçamos quais mecanismos ou inovações estes setores podem apresentar futuramente, em nada se deve subestimar o insaciável interesse econômico em compensar a desaceleração das atividades de grande porte no sudeste paraense, tais como a agropecuária, mineração e comércio em geral. Outro aspecto importante é como os poderes municipais, com eleições vicejantes à vista, irão se comportar sob a pressão da COVID-19, que se desenhará como pânico social etiquetado de insatisfação política, ressentimento e oportunismo.

Na cidade de Marabá e Parauapebas, por exemplo, há um forte discurso por parte de setores das elites que ao defendem as atividades econômicas praticadas, constroem uma relação de distanciamento com as pessoas e as particularidades da região, identificando-se como pessoas “promissoras”, “trabalhadoras”, em oposição aos povos indígenas, quilombolas, descendentes de maranhenses, cearenses ou piauienses, os ditos “nativos”, considerados “preguiçosos”; assim a mentalidade sobre o lugar é descrita a partir de uma ótica de deslocamento de riqueza e recurso para a não permanência “neste fim de mundo”, o que tragicamente reforça a pretensão “missionária” dessas pessoas, no sentido de que estão levando, alternadamente, a “palavra de Deus”, o “progresso” e a “mentalidade empreendedora” emaranhada à crença de que estão “apenas de passagem” na região (Silva, 2020c).

Desse modo não nos surpreende a adesão às manifestações de apoio à Intervenção Militar na região, que contou com suporte direto ou indireto de profissionais de vários setores, como taxistas, moto taxistas e comerciários, muitos destes abastecidos raivosamente contra as pautas de gênero e diversidade sexual,

¹⁷ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=HuzqQjjXdI4>. Consulta realizada em 28/03/2020.

a “quantidade desnecessária de terra pros índios ricos” e a crença genérica de que o “problema do brasileiro é a falta de fé”.¹⁸

Se este cenário é desafiador, em outra perspectiva, inúmeros são os grupos e movimentos sociais que tem se organizado e conquistado vitórias efetivas no campo dos direitos civis, de espaço de luta e livre manifestação política (Miranda, 2017). Na atual circunstância e a partir das reflexões esboçadas nesse texto, considero que se apresenta para os movimentos sociais da região a possibilidade de construir redes de articulação envolvendo associações indígenas, quilombolas, e o público amplo da diversidade para acompanhar as conexões no âmbito municipal, estadual e federal com a iniciativa privada na região.

Não se trata de esquecer o avanço do novo coronavírus e as recomendações dos profissionais da saúde, e sim, primeiramente, da confecção de trabalho crítico de ação voltado para antecipar os movimentos estratégicos esboçado pelas práticas de sujeição. Destacamos a urgência de que representantes da diversidade possam convocar as autoridades políticas do executivo, legislativo e judiciário para a abertura de diálogo acerca da projeção do impacto regional que em breve sentiremos. Se viável, que se desenvolvam “redes” ou “conselhos” para criar um canal de comunicação que informe e problematize as mudanças na configuração regional, identificando os indícios, as pistas do entabulamento das relações de poder que se desenham no aprofundamento e internalização da servidão.

Imaginamos que o estado de quarentena ou isolamento social não é um hiato em que se suspende a mobilização em torno da “saúde” e da conservação de si, mas é já o próprio movimento de apropriação neoliberal em curso, desse modo, aonde quer que esta situação nos leve, a luta através da agregação do público da diversidade justamente no momento do perigo, que é o *agora*, talvez possa nos ensinar práticas de afirmação da liberdade que não seja apenas um ato defensivo, mas que pela arte da antecipação potencialize a criação de novos deslocamento no tabuleiro, o que significa subverter os procedimentos a partir dos próprios pressupostos que nos cerceiam.

Dito isso, afirmamos que negamos veementemente o papel de propositores das agendas de atuação dos movimentos sociais e rechaçamos qualquer atribuição de “farol intelectual” com fórmulas acabadas, pois nossa posição é que as lutas da diversidade se constroem no próprio percurso.

¹⁸ Disponível em <https://www.zedudu.com.br/manifestantes-pedem-intervencao-militar-em-frente-ao-quartel-do-exercito-em-maraba/>

Ao afirmar que “dependendo do clima e da nossa falta de atenção de pegar o tempo certo entre a centelha e a queimada, a aldeia pode perder a vida toda”, a liderança indígena rememorada neste escrito ensina duas coisas: a primeira, bastante replicada, que entre a centelha e a queimada o mais importante é não se deixar ofuscar pelo fogo, e sim preparar-lhe o caminho para obstruir seus efeitos mortíferos. A segunda é que o fazer-se do corpo livre se dá justamente pela coragem de se colocar no caminho do fogo.

Referências:

ANDRADE, Maria Regina. *Do luto à luta: memória e subjetividade ante às práticas de violência no campo no sul e sudeste do Pará*. Dissertação de Mestrado. Marabá: Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, 2019.

BERTUCCI, Liane Maria. Remédios, Charlatanices... e Curandeirices: práticas de cura no período da gripe espanhola em São Paulo. In CHALHOUB, S. et. al. (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, pp. 197-227.

BETHENCOURT, Francisco. *Racismos: Das Cruzadas ao século XX*; trad. Luís Oliveira Santos, João Quina Edições. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*; trad. Mário A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BURGINSKI, Vanda Micheli. Neokeynesianismo e neodesenvolvimentismo: expressões ideológicas do Estado neoliberal. *R. Katál.*, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 406-415, maio/ago, 2018.

CLARK, Stuart. *Pensando com Demônios: A Ideia de Bruxaria no Princípio da Europa Moderna*; trad. Celso Mauro Paciornik. São Paulo: EDUSP, 2006.

COSTA, Gabriela; GUALDA, Dulce. Antropologia, etnografia e narrativa: caminhos que se cruzam na compreensão do processo saúde-doença. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos [online]*, 2010, 17 (4): 925-937.

CURVINA, Erika. “Do alagado, ao menos o chapéu”: deslocamentos compulsórios provocados pela hidrelétrica de Tucuruí em Jacundá (PA). Dissertação de Mestrado. Marabá: Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Marabá, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*; trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Mike. A crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo. In DAVIS, Mike, et al: *Coronavírus e a luta de classes*. Terra sem Amos: Brasil, 2020, pp. 5-12.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*; trad. Mônica Siqueira Leite de Barros, Zilda Zakia Pinto. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

EMMI, Marília. & MARIN, Rosa-Acevedo. Crise e rearticulação das oligarquias no Pará. *Revista Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo 40: 51-68, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*: curso no Collège de France (1974-1975); trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*: curso dado no Collège de France (1978-1979); trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Do governo dos vivos*: curso dado no Collège de France (1979-1980): excertos; trad. Nildo Avelino. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

HARVEY, David. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. In DAVIS, Mike, et al: *Coronavírus e a luta de classes*. Terra sem Amos: Brasil, 2020, pp. 11-23.

HAYEK, Frederick. *O caminho da servidão*; trad. Leonel Vallandro. 2 ed. São Paulo, Globo, 1977.

HÉBETTE, Jean. *Cruzando a fronteira*: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: Adufpa, 2004.

KODAMA, Kaori. *Os Índios no Império do Brasil*: a etnografia do IHBG entre as décadas de 1840 e 1860. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009.

LANA, Raquel Martins. et. al. Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva. *Cad. Saúde Pública* 2020; 36(3):620.

LEMKE, Thomas. *Biopolítica*: críticas debates e perspectivas; trad. Eduardo Altheman Camargo Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politéia, 2018.

LEMKE, Thomas. *Foucault, governamentalidade e crítica*; trad. Mário Antunes Marino, Eduardo Altheman Camargo Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politéia, 2017.

LISBÔA, Flávia Marinho. *Língua como linha de força do dispositivo colonial: os Gavião entre a aldeia e a universidade*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Letras. Belém: UFPA, 2019.

LOSURDO, Domenico. *Contra-história do liberalismo*; trad. Giovanni Semeraro. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2006.

MANDROU, Robert. *Magistrados e feiticeiros na França do século XVII*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*; trad. Marta Lança. Lisboa, Portugal: Antígona, 2014.

MICHELOTTI, Fernando. *Territórios de produção agromineral*: relações de poder e novos impasses na luta pela terra no sudeste paraense. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2019.

MINAYO, Maria Cecília; JÚNIOR, Carlos. (org.). *Antropologia, Saúde e Envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

MIRANDA, Adenilson. *Os "Gaviões da mata": uma história de resistência timbira ao Estado*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Goiânia: PUC-GO, 2015.

MIRANDA, Rogério. *(Contra) hegemonia e território do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no sudeste paraense*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 2017.

MISES, Ludwig. *Marxismo desmascarado*; trad. Alexandre S. Campinas, SP: VIDE Editorial, 2015, pp. 47-58.

MORGAN, Lewis. A Sociedade Antiga – Ou investigações sobre as linhas do progresso humano desde a selvageria, através da barbárie, até a civilização [1877]. In CASTRO, C. *Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer*; trad. Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, pp. 42-65.

MOULIN, Anne Marie. O corpo diante da medicina. In CORBIN, A; COURTINE, J; VIGARELLO, G. *História do Corpo: As mutações do olhar: O século XX*; trad. Ephraim Ferreira Alves. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, pp. 15-82.

OLIVEIRA, Adriana Cristina; LUCAS, Thabata Coaglio; IQUIAPAZA, Robert Aldo. O que a pandemia da COVID-19 tem nos ensinado sobre adoção de medidas de precaução? *Texto & Contexto Enfermagem*, v. 29, 2020.

PEREIRA, Airton. *Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará*. Recife: ed. UFPE, 2015.

RAMOS, Arthur. *O folclore negro do Brasil: demopsicologia e psicanálise*. 3ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

RIBEIRO, Darcy. *A política indigenista brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1962.

RIBEIRO, Márcia Moisés. *Exorcistas e demônios: demonologia e exorcismos no mundo luso-brasileiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Ensaio de antropologia brasileira*. 2. Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

SANTOS, Andréia. *Mineração e conflitos fundiários no sudeste paraense*. Dissertação de Mestrado. Marabá: Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, 2018.

SCHWARCZ, Lilian. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Bruno. A construção do homem americano no século XVIII: viagens, teorias e o inventário da humanidade do Novo Mundo. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n.15, pp. 161-180, 2016.

SILVA, Jerônimo da S. *Pesquisa de campo*. Março de 2020a.

SILVA, Jerônimo da S. *Pesquisa de campo*. Maio de 2020b.

SILVA, Jerônimo da S. *Pesquisa de campo*. Junho de 2020c.

SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XX*. 2a ed. Campinas: Unicamp, 2011.

SODRÉ, Nelson. *A Farsa do Neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1995.

STOLKE, Verena. O Enigma das intercessões: classe, "raça", sexo sexualidade: a formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 14(1): 336, janeiro-abril/2006.

ZIZEK, Slavoj. Um golpe como "Kill Bill" no capitalismo. In DAVIS, Mike, *et al*; *Coronavírus e a luta de classes*. Terra sem Amos: Brasil, 2020, pp. 41-47.